2.11 — Concessão de prestações pecuniárias ao abrigo daqueles regulamentos ou convenções;

2.12 — Passagem de certidões ou declarações respeitantes aos beneficiários (pessoas singulares e pessoas singulares entidades empregadoras) e ao enquadramento/identificação e vinculação dos contribuintes (pessoas colectivas);

2.13 — Processos de anulação ou dispensa de inscrição e ou anulação de períodos contributivos;

2.14 — Processos de reconhecimento de períodos contributivos das ex-colónias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 335/90, de 29 de Outubro, e legislação complementar, bem como o Decreto-Lei n.º 405/99, de 14 de Outubro;

2.15 — Processos de validação dos períodos de prestação do serviço militar;

2.16 — Processos de anulação e restituição de contribuições indevidas, nos termos do artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 45 266, de 26 de Setembro de 1963;

2.17 — Pedidos de pagamento de contribuições prescritas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/84, de 18 de Abril, e legislação complementar;

2.18 — Conclusão do pagamento das prestações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/89, de 27 de Outubro;

2.19 — Passagem de formulários para a aplicação das regras de prioridades em caso de cumulação de direitos e prestações familiares, Regulamento n.º 1408/71/CEE, e legislação complementar;

2.20 — Pedidos de bonificação de tempo de serviço: serviço militar, Decreto-Lei n.º 311/97, de 13 de Novembro; bombeiros, Portaria n.º 621/89, de 5 de Agosto; efeitos locais, Portaria n.º 26/92, de 16 de Janeiro;

2.21 — Emissão de notas de reembolso de despesas com beneficiários indevidamente processadas, com o funcionamento das comissões de recurso, quando o parecer for desfavorável ao requerente, bem como autorizar o pagamento das despesas em meio de transporte para a realização de exames médicos;

2.22 — Pedidos de justificação de faltas de comparência dos interessados nos exames médicos para que foram convocados, bem como reavaliação de incapacidades quando às mesmas houver lugar.

3 — No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, as competências agora delegadas/subdelegadas podem ser objecto de subdelegação.

4 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando desde já, e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos entretanto praticados pela directora da Unidade de Previdência e Apoio à Família, no âmbito das matérias do presente despacho.

29 de Agosto de 2006. — O Director, *José Pires Veiga*.

Despacho n.º 19 186/2006

Delegação de competências

1 — Ao disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e nos usos dos poderes que me foram conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, bem como por força das competências que me foram delegadas pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., através da deliberação n.º 1459/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Novembro de 2005, delego, sem poderes de subdelegação, na licenciada Zita de Lurdes Hilário Ribeiro as competências para:

1.1 — Deferir ou indeferir os requerimentos de protecção jurídica que se situem na área geográfica de intervenção do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social da Guarda, nos termos da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho;

1.2 — Apreciar os recursos de impugnação interpostos em conformidade com o artigo 27.º, n.ºs 1 e 3, da referida lei, mantendo ou revogando o despacho proferido;

1.3 — Remeter ao tribunal competente o processo administrativo de acordo com o artigo 28.º do mesmo diploma;

1.4 — Requerer a quaisquer entidades informações adicionais relevantes para a instrução e decisão dos pedidos de protecção jurídica;

1.5 — Assinar todo o expediente relativo a estes processos, nomeadamente o endereçado aos requerentes ou seus representantes, aos tribunais e à Ordem dos Advogados;

1.6 — Retirar, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, a protecção jurídica;

1.7 — Requerer, ao abrigo do n.º 4 do artigo 8.º do mesmo diploma legal, a quaisquer entidades, nomeadamente a instituições bancárias e de administração tributária, o acesso a informações e documentos tidos por relevantes para a instrução e decisão dos processos em causa.

2 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando desde já, e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos praticados pela delegatária no âmbito do presente despacho.

1 de Setembro de 2006. — O Director, *José Pires Veiga*.

Despacho n.º 19 187/2006

— Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e dos que me foram delegados pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., através da deliberação n.º 1459/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Novembro de 2005, delego, sem poderes de subdelegação, no licenciado Alexandre Pina Gonçalves as competências para atuar, instruir e preparar decisão em processos de contra-ordenação de beneficiários e contribuintes, nos termos da legislação aplicável.

O presente despacho produz efeitos imediatos e, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados, desde 1 de Janeiro de 2006, todos os actos praticados pelo delegatário no âmbito do presente despacho.

1 de Setembro de 2006. — O Director, *José Pires Veiga*.

Despacho n.º 19 188/2006

— No uso dos poderes conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e das competências delegadas pela deliberação n.º 1459/2005 do conselho directivo, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Novembro de 2005, e de acordo com o disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico os actos praticados pela licenciada Zita de Lurdes Hilário Ribeiro, ao abrigo do despacho n.º 3953/2003 (2.ª série), de 26 de Fevereiro, no período de 23 de Maio de 2005 a 23 de Janeiro de 2006.

1 de Setembro de 2006. — O Director, *José Pires Veiga*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto

Aviso n.º 10 351/2006

— Por despacho do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 25 de Julho de 2006, e nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, após o exercício de funções em regime de comissão de serviço extraordinária:

Ângela Amélia Sousa Leite Silva, assistente administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica superior de 2.ª classe de serviço social, da carreira técnica superior de serviço social, do mesmo quadro de pessoal.

Joaquim Manuel dos Santos Cardoso Alves, técnico de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, foi nomeado definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal.

Teresa Alexandra Amorim Maia, assistente administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

28 de Julho de 2006. — O Director, *Luís Cunha*.

Aviso n.º 10 352/2006

— Por despacho de 17 de Agosto de 2006 do Secretário de Estado da Segurança Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração à técnica superior principal do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte Maria Cecília

Pignatelli de Sousa e Vasconcelos Demée. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2006. — O Adjunto do Director, (*Assinatura ilegível*.)

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santarém

Despacho n.º 19 189/2006

Por despacho de 14 de Agosto de 2006 do vogal do conselho directivo do Instituto de Segurança Social, I. P., Sónia Sofia Fernandes Cordeiro, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, foi nomeada definitivamente, a partir da data da publicação no *Diário da República*, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, afecta ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santarém, ao abrigo e nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2006. — Pela Directora, (*Assinatura ilegível*.)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Sub-Região de Saúde de Beja

Despacho n.º 19 190/2006

Por despacho de 1 de Agosto de 2006 do vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, por delegação de competências, foi autorizada a transferência de Mariana das Dorez Borracha Pólvora, chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude, Delegação Regional de Beja, para o quadro de pessoal do Centro de Saúde de Beja, da Sub-Região de Saúde de Beja, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/99, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

4 de Setembro de 2006. — O Coordenador, *João José da Silva de Pina Manique*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Deliberação n.º 1253/2006

Por deliberação de 20 de Julho de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, foi autorizada a transferência de Marianela Fernandes Pires, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, E. P. E., Coimbra, para a categoria de auxiliar de apoio e vigilância, para lugar do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, Sub-Região de Saúde de Coimbra, Centro de Saúde de Eiras, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando posicionada no escalão 3, índice 160. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Adelaide Maria Carvalho China*.

Deliberação n.º 1254/2006

Por deliberação de 27 de Julho de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde (ARS) do Centro, foi autorizada a transferência, com a mesma categoria, de Lúcia Narciso das Neves Dias, técnica de saúde ambiental de 2.ª classe, do quadro da ARS do Algarve, Sub-Região de Saúde de Faro, para lugar do quadro de pessoal da ARS do Centro, Sub-Região de Saúde de Coimbra, Centro de Saúde da Pampilhosa da Serra, com efeitos desde 16 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 25.º do Decre-

to-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando posicionada no escalão 1, índice 114. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Adelaide Maria Carvalho China*.

Deliberação n.º 1255/2006

Por deliberação de 20 de Julho de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, foi autorizada a transferência de Zulmira Gouveia Ventura Lopes, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, E. P. E., Coimbra, para a categoria de auxiliar de apoio e vigilância, para lugar do quadro de pessoal da ARS, Sub-Região de Saúde de Coimbra, Centro de Saúde de São Martinho do Bispo, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Adelaide Maria Carvalho China*.

Despacho n.º 19 191/2006

Por despacho de 30 de Junho de 2006 da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Coimbra, por subdelegação, foi Maria Helena Amorim Ribeiro Almeida, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Condeixa-a-Nova, em regime de trabalho em tempo parcial de vinte horas semanais, autorizada a retomar o horário de trabalho em tempo completo, trinta e cinco horas semanais, de acordo com o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a partir de 14 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Adelaide Maria Carvalho China*.

Despacho n.º 19 192/2006

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego no Dr. António Duarte Vidal Vieira as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 19 675/2005 (2.ª série), de 12 de Setembro, da coordenadora sub-regional de saúde de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005.

O presente despacho produz efeitos no período de 4 a 20 de Setembro de 2006, ficando, por este meio, ratificados todos os actos que, no âmbito das competências agora subdelegadas, tenham sido praticados neste período de tempo.

4 de Setembro de 2006. — O Director do Centro de Saúde de Mira, *Sérgio José Cruz Serra Lourenço*.

Despacho (extracto) n.º 19 193/2006

Por despacho de 28 de Junho de 2006 do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, foi autorizada a transferência de Lurdes Muñoz Hidalgo, enfermeira, nível 1, do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Leiria, Centro de Saúde de Porto de Mós, para lugar do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Coimbra, Centro de Saúde de Celas, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Adelaide Maria Carvalho China*.

Despacho n.º 19 194/2006

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego no adjunto da delegada de saúde do concelho de Coimbra, chefe de serviço de saúde pública Dr. Luís Fernando Lopes de Oliveira, no período de 4 a 7 de Setembro de 2006, as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 19 533/2005 (2.ª série), de 23 de Agosto, da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Coimbra, publicado no *Diário da República* n.º 174, 2.ª série, de 9 de Setembro de 2005.

4 de Setembro de 2006. — A Chefe de Serviço de Saúde Pública, *Sara Neto Nascimento*.